



De 11 a 14 - NOVEMBRO DE 2024

**Inteligência Artificial
na Gestão de Operações:**
Limitações e possibilidades



IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO NA FORMAÇÃO DO BRASIL E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROATIVAS

ROBERTO MINADEO

rminadeo@gmail.com

UNDF – Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury

ÁREA: 6. ENGENHARIA ORGANIZACIONAL

SUBÁREA: 6.8 – GESTÃO DO CONHECIMENTO

RESUMO: A IMIGRAÇÃO FOI CRUCIAL PARA A FORMAÇÃO DO BRASIL. ALÉM DO PAPEL DOS IMIGRANTES NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL – EM ESPECIAL NA INICIAL OCUPAÇÃO DESTES TERRITÓRIOS DE DIMENSÕES CONTINENTAIS – CABE VERIFICAR O SURGIMENTO DE NOVAS FORÇAS QUE LEVARAM E CONTINUAM A LEVAR A IMIGRAÇÃO GLOBAL A NOVOS PATAMARES: A MAIOR FACILIDADE DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO; E AS CÍCLICAS CRISES ECONÔMICAS MUNDO AFORA QUE TORNARAM O PAÍS ATRATIVO. ADEMAIS, HÁ QUE TRATAR DOS ELEMENTOS CLIMÁTICOS, ÉTNICOS E POLÍTICOS, QUE TRANSFORMARAM E CONTINUAM TRANSFORMANDO MILHÕES DE PESSOAS EM REFUGIADOS OU EM PESSOAS À BUSCA DE ASILO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, EM RITMO JAMAIS VERIFICADO ANTERIORMENTE NA HISTÓRIA. AO OBSERVAR POLÍTICAS PROATIVAS DE ATRAÇÃO DE IMIGRANTES DE INTERESSE AOS EUA E CANADÁ, CONCLUI-SE QUE FALTAM TAIS POLÍTICAS PÚBLICAS EM NOSSO PAÍS. O ESTUDO SE BASEOU UNICAMENTE EM FONTES ACADÊMICAS.

PALAVRAS-CHAVES: IMIGRAÇÃO; POPULAÇÃO; DESENVOLVIMENTO POPULACIONAL.

IMPORTANCE OF IMMIGRATION IN THE FORMATION OF BRAZIL AND THE ABSENCE OF PROACTIVE PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: IMMIGRATION WAS CRUCIAL TO THE FORMATION OF BRAZIL. IN ADDITION TO THE ROLE OF IMMIGRANTS IN NATIONAL DEVELOPMENT – ESPECIALLY IN THE INITIAL OCCUPATION OF THIS TERRITORY OF CONTINENTAL DIMENSIONS – IT IS NECESSARY TO VERIFY THE EMERGENCE OF NEW FORCES THAT HAVE BEEN AND CONTINUE TO BRING GLOBAL IMMIGRATION TO NEW LEVELS: GREATER EASE OF TRANSPORTATION AND COMMUNICATION; AND THE CYCLICAL ECONOMIC CRISES AROUND THE WORLD THAT MADE THE COUNTRY ATTRACTIVE. FURTHERMORE, WE MUST ADDRESS THE CLIMATE, ETHNIC AND POLITICAL ELEMENTS, WHICH HAVE TRANSFORMED AND CONTINUE TO TRANSFORM MILLIONS OF PEOPLE INTO REFUGEES OR PEOPLE SEEKING ASYLUM IN THE LAST DECADES, AT A RATE THAT HAS NEVER BEEN SEEN IN HISTORY. WHEN OBSERVING PROACTIVE POLICIES FOR ATTRACTING IMMIGRANTS OF INTEREST TO THE USA AND CANADA, IT IS CONCLUDED THAT SUCH PUBLIC POLICIES ARE LACKING IN OUR COUNTRY. THE STUDY WAS BASED SOLELY ON ACADEMIC SOURCES.

KEYWORDS: IMMIGRATION; POPULATION; POPULATION DEVELOPMENT.

1. INTRODUÇÃO

Cultura e etnicidade estão entrelaçados, o que evidencia a diferença, em relação aos “outros”, e as próprias bases da identidade. Por conseguinte: o imigrante não se insere aleatoriamente no mercado de trabalho, mas busca certos setores, nos quais os nativos não se interessam. São empregos não qualificados, mal pagos, e com *status* inferior – por apresentarem condições desagradáveis ou difíceis, além da característica de condições de comunicação informais entre supervisor e subordinado (SALES, 1992; SEYFERTH, 2011).

A teoria a respeito da imigração apresenta “*push factors*” (desastres naturais, distúrbios políticos, crises econômicas e outros, nos países de origem) ao lado de “*pull factors*” (oportunidades econômicas, vantagens ambientais, clima político favorável) no local de destino. Aduz que os mais pobres não costumam ser os que imigram, sendo importantes: as conexões que os levam a outros países, a habilidade de imigrar e as políticas migratórias. Também afirma que o desejo de melhorar de vida é mais forte do que o de fugir de condições inapropriadas. Nos EUA, a criação de uma rede social é crucial aos imigrantes, pois, segundo a legislação, é necessária a figura de um “patrocinador” que chame o imigrante e se responsabilize por sua atuação no país. Sem conexões, a imigração é impossível. Após imigrar, a sobrevivência depende das redes para obter trabalho, alojamento, viagem e assistência para a linguagem (YANG, 2010).

Em 1983, Margaret Thatcher alterou uma política de 750 anos de vigência (*jus soli*), pela qual bastava nascer em território inglês para ganhar a cidadania; as leis britânicas passaram a ser as mais restritivas da Europa. Outros representantes da escola liberal de Chicago, que embasaram medidas desse tipo, diziam que o acesso universal à imigração traria “equalização da renda *per capita*” ao longo dos diversos países, rebaixando a renda dos países mais ricos. Um membro dessa escola aduz que os EUA e outras economias ricas, antes dos anos 1960, contribuíram à igualdade de renda mundial, ao aceitar imigrantes (BRIGGS, 1996).

Cabem breves considerações sobre a imigração forçada, ou escravidão – que povoaram países ao longo de séculos. Em 1850, um escravo era vendido pelo equivalente a US\$ 40 mil. Mas, o tráfico humano foi facilitado porque a globalização aboliu controles de fronteiras. Na Índia, compram-se crianças por menos de US\$ 35, que trabalham dez horas/dia, sete dias/semana; há prostíbulos com moças em jaulas de 2 metros quadrados. Na Índia, no Nepal, em Bangladesh e no Paquistão há gerações inteiras de escravos, tendo o ciclo se iniciado com dívidas a juros exorbitantes, e que naturalmente terminam por não serem pagas nunca; assim, a escravidão

passa por várias gerações. Nesses quatro países estima-se que haja de 15 a 20 milhões de escravos atrelados a dívidas (COCKBURN, 2003).

Os EUA receberam 76 milhões de imigrantes desde 1820, mais do que a população do país em 1900. Cerca de 10,2 milhões de imigrantes foram recebidos no país na primeira década do século XXI. Como fruto da imigração, a população norte-americana era formada em 1995 por: 74% de brancos, 12% de negros, 10% de hispânicos e 3% de asiáticos. Os imigrantes respondem por mais de 75% das patentes nas principais universidades do país. Muitos dos mais destacados inovadores do mundo se formam em universidades de lá, e seus países de origem procuram atraí-los de volta. Pelas leis atuais, estrangeiros nos EUA apenas podem ficar no país de 12 a 29 meses após se formarem e com a condição de encontrar um emprego ou fazer um estágio em sua área de atuação. Assim, não surpreende que firmas de grande porte como Yahoo, eBay, e Google foram criadas por imigrantes, bem como 50% dos empreendimentos do Vale do Silício (MINADEO, 2013).

Um programa dos EUA concede até 10.000 vistos/ano a quem investir US\$ 1 milhão e criar ao menos 10 empregos, ou investir US\$ 500.000 em uma área rural ou de desemprego elevado. Em 2011, os EUA receberam 2.969 pedidos (cada um pode cobrir vários familiares) da China a esse programa, em comparação com apenas 787 dois anos antes. As solicitações chinesas responderam por 78% do total em 2011. O Canadá recebeu 2.567 pedidos de chineses em um programa similar em 2011, contra apenas 383 em 2009 (MINADEO, 2013).

Outro elemento complexo ao se falar de imigração é a dos asilados: após a II Guerra, havia 40 milhões de deslocados pelo conflito. Em 1951, a ONU firmou a Convenção Internacional relativa à Proteção dos Refugiados e cria o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado. A primeira definição de refugiado inclui pessoas que, devido ao medo de perseguição por raça, religião, nacionalidade, pertencimento a algum grupo social ou que expresse certa ideologia, e que, fora de seu país de nacionalidade ou residência, não possa por tal receio, acolher-se à proteção de tal país. O Protocolo de 1967 amplia os limites da Convenção original, eliminando os limites de tempo e espaço. Finalmente, a Declaração de Cartagena, de 1984, também inclui os que fogem de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade estão ameaçados pela violência generalizada, agressão externa, conflitos internos, ou violação constante dos direitos humanos (CAMBAÚVA; MACHADO, 2012).

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo procurou seguir o que Diógenes (2013) aponta como sendo o método propugnado

por Descartes, e condição da certeza do conhecimento, com as seguintes características: a) clareza: apenas é verdadeiro o que se mostra à inteligência de modo a não deixar margem à dúvida, ou seja, base da evidência; b) análise: o conhecimento deve ser feito de modo que em seu processo suas dificuldades sejam divididas em quantas partes quantas necessárias; c) ordem: o objeto em questão precisa ser sujeito de um processo pelo qual os temas sejam analisados dos mais simples aos mais complexos, ordenando-se as ideias; d) enumeração/síntese: o pesquisador deve revisar o tema discutido de modo a certificar-se de que todos os elementos foram levados em conta.

Foram evitados trabalhos que apresentam situações ainda não conclusas, como, por exemplo, novas leis em tramitação – de futuro incerto. Buscaram-se atuações de famílias imigrantes empreendedoras de modo a valorizar seu esforço no desenvolvimento nacional. Houve uso de artigos acadêmicos, dissertações e teses. Fontes de pesquisa: Teses USP, Proquest, Portal da CAPES e Google Acadêmico.

3. BRASILEIROS NO EXTERIOR

Segundo o Censo dos EUA de 1980, havia cerca de 50 mil brasileiros trabalhando lá – cerca de 0,3% dos estrangeiros. Em 1981, 115.609 brasileiros receberam vistos para ingressar nos EUA como não-imigrantes, estando nosso país na décima posição cujos emigrantes receberam tal visto. Em 1990, em função do crescimento observado, o país já foi o quarto maior dentre todos na recepção desse tipo de visto aos seus cidadãos. Na década de 1990, esses vistos para os brasileiros apresentaram queda. Em 1996, segundo o Ministério de Relações Exteriores, dos 1.560.162 brasileiros no exterior, havia 598.526 nos EUA – maior receptor de brasileiros. Em 1996, havia 11.212 brasileiros no Canadá, país em que, de 1988 a 1989, as autorizações de trabalho dadas aos latino-americanos cresceram de 10.712 para 15.568. Até 1987, os brasileiros não precisavam de visto para entrar no Canadá; começavam a trabalhar, e havia inúmeros trâmites até se esgotarem as possibilidades e ocorrer uma eventual repatriação – pois havia uma decisão da Suprema Corte daquele país, favorável ao acolhimento dos que se diziam refugiados (GOZA, 1992; ANTICO, 1998).

4. IMIGRAÇÃO NO BRASIL DURANTE O IMPÉRIO

Os primeiros estrangeiros que se fixaram no Vale do Itajaí, em 1836, eram alemães vindos da colônia de São Pedro de Alcântara, criada em 1829, pouco antes do corte de despesas que inviabilizou a colonização com imigrantes. As famílias preferiram se estabelecer na capital da

província, ou Itajaí – mais dotadas ao comércio. A colonização do vale começou com a fundação de Blumenau, em 1850, já no contexto de abertura às iniciativas particulares. As empresas de colonização podiam receber por compra ou concessão terras devolutas, loteá-las e revendê-las a colonos-imigrantes, arcando com a despesa de propaganda na Europa. Hermann Blumenau e um comerciante alemão pediram terras devolutas e compraram pequenas áreas de particulares no médio vale do rio Itajaí-açu, para fixar imigrantes alemães. A colônia ganhou fama dentro e fora do Brasil pelo enunciado étnico do empreendimento. Hermann não tinha motivações econômicas para emigrar nem recursos para um projeto de grande porte. Seu interesse pela colonização alemã no sul do Brasil surgiu a partir de um encontro com o cônsul do Brasil na Prússia em 1844. Em 1846, Blumenau doutorou-se em química, na Universidade de Erlangen – obtendo acesso a pessoas de destaque. O cônsul julgava possível realizar um grande projeto de colonização no Brasil ou no Uruguai, mas não fez pedido ao governo brasileiro por julgar incompatível a coexistência da imigração com o regime escravista. Após inúmeras dificuldades, os esforços de Blumenau se viram coroados. O projeto original de uma colônia alemã protestante no Brasil foi criticado, e depois vieram também colonos italianos e poloneses, bem como alemães católicos (SEYFERTH, 2011).

O homeopata Benoît Mure trouxe mais de cem famílias francesas ao Brasil para instalar uma sociedade baseada em princípios de vida comum, no tocante à posse de bens e igualdade no trabalho. O Imperador D. Pedro II cedeu a elas terras próximas a Joinville. O local se denominou Sahy, abrasileirada Saí. O projeto funcionou bem por três anos (FREITAG, 2003). O Estado interveio na captação de mão-de-obra estrangeira, criando o SPI – Sociedade Promotora de Imigração, que, de 1886 a 1895 garantiu o programa de imigração. O subsídio seguia fatores como: sexo, idade e estrutura familiar. A partir de 1900, a Hospedaria do Imigrante, no Brás, veio a ser uma espécie de “balcão de emprego” aos imigrantes. Em 1897 foi abolida a imigração subvencionada, e a migração interna ganha mais força (VÉRAS, S/d).

5. IMIGRANTES NO RIO DE JANEIRO

Em 1893, chegaram ao Rio de Janeiro 470 imigrantes chineses para trabalhar no campo, sem sucesso, havendo um sentimento de culpá-los, como não aptos à agricultura, impossível, pois no século XIX houve forte onda de saída de chineses a vários países. O que parece mais razoável é supor que a agricultura fluminense, logo após a abolição da escravatura, ainda não sabia lidar com mão-de-obra livre. Por outro lado, a imensidão de novas fronteiras agrícolas, fazia os imigrantes terem poder de barganha (SAKURAI, 2000; BARREIROS, 2009).

Em 1872, dois terços dos imigrantes do então Distrito Federal eram portugueses; o censo de 1890 mostrou que, além de constituírem a mais antiga comunidade estrangeira da cidade, mais da metade de seus membros chegara havia apenas dez anos. Em 1906, os portugueses representavam a quinta parte da população carioca e 71% dos estrangeiros da cidade. De 1909 a 1916, imigravam ao Brasil portugueses de todas as classes sociais, diferentemente do período anterior a 1850, no qual os elevados custos de transporte constituíam uma barreira às classes inferiores. Em 1920, representavam 11% da população paulistana e 15% da carioca – juntas, estas cidades detinham 51% dos portugueses no Brasil e, considerada a população rural, os dois estados abrigavam 85% dos lusitanos do país. Esta tendência se aprofundou até 1970. A emigração de Portugal cresceu ao início do século XX e teve seu ápice em 1910-1915. A falta de horizontes em Portugal – propriedades pequenas e elevadas taxas de fecundidade – explica em parte essa emigração. Pelo censo de 1920, os imigrantes lusos eram 172 mil pessoas, ou 14% da população carioca. O relatório do adido comercial português no Brasil, de 1922, afirmava que £ 1,5 milhões remetidos do Rio de Janeiro eram remessas de poupadores da cidade enviando recursos a seus familiares. De 1820 a 1972, quase um terço dos 5,6 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu foi de portugueses, havendo um fluxo multissecular e ininterrupto. Cerca de meio milhão de portugueses chegaram antes da Independência; somados aos quase 1,5 milhão que chegaram até 1972, o valor sobe a um valor impressionante de 2 milhões de pessoas. As mulheres portuguesas em geral não se casavam com brasileiros (FLORENTINO; MACHADO, 2002; MARQUES; MELO, 2011).

6. IMIGRAÇÃO AO BRASIL NO SÉCULO XX

O Brasil recebeu cerca de 4,195 milhões de imigrantes de 1884 a 1945 (IBGE). De 1872 a 1929, recebeu 3.707.793 de imigrantes. Mesmo assim, o artigo primeiro do Decreto 20.291 (12/08/1931) estabelece para as indústrias com mais de 5 trabalhadores deterem ao menos dois terços de brasileiros. Ademais, a Constituição de 1934 fixou cotas ao seu ingresso – o que se confirma na Magna Carta de 1937. Assim, após mais de 50 anos de convivência com os imigrantes e seus descendentes, há certa atitude negativa por parte de alguns círculos do país. Um contexto ajuda a entender essa mudança: na I República, se iniciam ferrovias, a urbanização e outras obras de infraestrutura, que demandaram a presença de imigrantes, sendo, por outro lado, condições que propiciaram sua ascensão social. Mas, as elites esperavam que os imigrantes ficassem restritos à agricultura. Porém, a partir dos anos 1920 os imigrantes estavam ingressando na indústria paulista, abrindo negócios e obtendo acesso a

propriedades rurais. Além disso, havia o problema da diversidade cultural, em outras palavras, uma dificuldade em aceitar que o imigrante trouxesse novos valores. Também a organização dos trabalhadores, com a criação do Partido Comunista Brasileiro e de células anarquistas, também se viu ligada aos imigrantes (LEVY, 1974; SAKURAI, 2000; DOMINGUEZ, 2004). O decreto-lei 7.967, de 18/09/1945 regulou o ingresso de estrangeiros e de “deslocados de guerra”, esperando grande afluxo de imigrantes dado o caos da Europa. Segundo a Revista de Imigração e Colonização, o imigrante ideal ao progresso do país ainda detinha, como nos anos 1930, perfis como: agricultor, técnico ou de operário qualificado. Assim, sobressaía sua capacidade em desempenhar certas funções ou transmitir conhecimentos úteis. Também, é vital a questão do “potencial reprodutor” do imigrante – falando-se até em aprimoramento da “raça brasileira”. Apontavam-se os imigrantes de origem latina em função de sua maior facilidade de assimilação ao país. O artigo segundo fala da manutenção da composição étnica brasileira, sendo restritivo e dirigido (PERES, 1997; SAKURAI, 2000; DOMINGUEZ, 2004). A partir dos anos 1930, imigrantes do sul do Brasil passaram a ser tidos por perigosos. Dizia-se que viviam em quistos étnicos que “ameaçavam a soberania nacional”. As comunidades teuto-brasileiras eram as menos nacionalizadas e mais ameaçadoras; sendo as mais visadas pela Campanha de Nacionalização, lançada em 1939 pelo governo, e cujo ponto de partida foi a obrigação do ensino em português em todas as escolas e a demissão dos professores que ministravam cursos regulares em língua estrangeira. Em Curitiba, na Segunda Guerra Mundial, descendentes de poloneses receberam maus-tratos e foram presos. O isolamento e a homogeneidade de muitas colônias rurais de imigrantes prejudicavam o ensino da linguagem e a integração dos descendentes. O Estado brasileiro, do período imperial à primeira metade do século XX, desenvolveu uma política de imigração para assimilar os imigrantes. De um lado, atraía imigrantes europeus para “branquear” a população nativa, dada a crença de que o principal problema do Brasil era o povo miscigenado. De outro lado, a política esteve ligada aos interesses das elites cafeicultoras e da nobreza, que visavam atrair trabalhadores ao café, povoar as áreas vazias e resolver os problemas de alimentos. Dos anos 1930 aos 1940, a assimilação dos imigrantes passou a ser segurança do Estado; limitou-se a entrada de certos grupos. Após os anos 1950, os imigrantes perderam importância no debate social, pois estavam assimiladas e aculturadas ou em franco processo de assimilação e aculturação, não devido à ação do Estado, mas devido a seu próprio interesse em participar da vida social, econômica e política do país. De meados dos anos 1970 em diante, os imigrantes já eram vistos como brasileiros (OLIVEIRA, 2018).

João Gerdau, imigrante alemão, chegou ao Brasil em 1869; em 1901, com o filho, Hugo, adquire a Cia. de Pregos Pontas de Paris, localizada em Porto Alegre, lançando as bases da Metalúrgica Gerdau – que terá enorme crescimento nos séculos 20 (AQUINO, 1986).

7. IMIGRAÇÃO ITALIANA

A princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon, esposa de D. Pedro II, chegou ao Brasil em 1843 e com ele reinou até o final do Império; cooperou à criação de um robusto eixo cultural entre o Brasil e a Itália, incluindo música, arqueologia, teatro e ourivesaria. Veio ao Brasil acompanhada de artesãos das fábricas de seda de San Leucio e por artistas como Giovanni Castelpoggi – pintor e escultor – e do cantor Arcangelo Fiorito, maestro da Capela Imperial até 1882. Aliás, já havia no Brasil uma comunidade italiana, destacando-se o médico e letrado Luiz Vincenzo De Simoni, nascido em 1792 em Novi Ligure, que chegou em 1818 e fez uma tradução da Divina Comédia ao português, ao lado de vasta produção. A esse primeiro núcleo se uniram nos anos 1820 e 1830 os êxules do Risorgimento, com destaque a Stefano Grondona, Luiz Rossetti e Giovanni Battista Cuneo, e, em 1835, Giuseppe Garibaldi. Após o fracasso da Revolução de 1848, chegou Marietta Baderna, dançarina do Teatro alla Scala, acompanhada pelo pai (ANDRADE; RAPONI, 2022).

As filhas de D. Pedro II com Tereza Cristina foram educadas por Luiz Vincenzo De Simoni, professor de língua e literatura italiana no Colégio Pedro II e fundador da Academia de Música e Ópera Nacional (depois Ópera Lírica Nacional). Outros professores incluíram o casal Oscar Bernardelli e Celestina Thierry, ele violinista e ela bailarina, saídos em 1847 do Conservatório de Milão para uma turnê pela América Latina e chamados em 1867 pelo Imperador ao Brasil. Os filhos desse casal, Rodolfo e Henrique, foram respectivamente escultor e pintor, após formação na Itália, de 1877 a 1888, e, sob proteção do Imperador, foram protagonistas das artes no país (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Os irmãos Domenico e Cesare Farani, artesãos de cobre vindos de Sapri, chegaram ao Rio em 1845. Descobertos pela imperatriz cunhadores da Casa da Moeda Imperial. Algum tempo depois, Teresa Cristina os mandou a Nápoles para se especializarem como ourives. Retornando ao Brasil, criaram uma joalheria, frequentada pela elite carioca por décadas, e, mais tarde, também dedicados ao desenvolvimento urbano da capital, promovendo a construção de ruas largas, praças e jardins, pelos bairros de Botafogo, Catete, Glória e Laranjeiras. O calabrês Antonio Jannuzzi com seus irmãos veio a finalizar a obra iniciada pelos Farani. Em 1863, após três anos de estudo no Conservatório do Rio com o compositor

italiano Gioacchino Giannini, Carlos Gomes, nascido em Campinas em 1836, foi encaminhado por Teresa Cristina ao Conservatório de Milão para se aperfeiçoar, chegando no ápice das obras de Verdi, sob a direção de Lauro Rossi. A imperatriz venceu uma corrente da corte que gostaria de encaminhar Gomes à Alemanha. Na arqueologia, Teresa Cristina trouxe ao país uma coleção de oitenta peças de Pompeia e Herculano – além da etrusca Veio, na qual ela detinha algumas propriedades (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Os projetos da imperatriz foram difundidos pela imprensa, mediante a revista *L'Iride Italiana*. Ocorreu a criação da Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso, sob a égide imperial, em 1854. A tais ações do casal imperial pode-se atribuir a enorme corrente migratória italiana das três últimas décadas do século XIX, em especial focada na cultura do café em São Paulo – em cuja capital se concentrou a presença cultural italiana, iniciada pela documentação artística da economia fazendeira com pintores de paisagens como Antonio Ferrigno e Rosalbino Santoro. Depois, já em 1893 foi criado o jornal *Il Fanfulla* por Vitaliano Rotellini, que durou até 1965. Cabe ainda destacar: a) Museu do Ipiranga (1885-1895), obra de Tommaso Gaudenzio Bezzi; b) edifício Martinelli (1924-1929); c) Mercado Municipal (1924-1933) de Felisberto Ranzini; d) edifício Conde Matarazzo, hoje Prefeitura (1938), de Piacentini e Mompalao; e e) duas obras de Lina Bo Bardi: Masp (1958-1967) e Sesc Pompeia (1977) (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Heilbron e Barbosa (2008) apontam que em 1865 o Brasil era o único país ocidental que mantinha escravos; cinco anos depois começa a faltar mão-de-obra na cafeicultura paulista, que se vê na contingência de ir à política, pelo Partido Republicano, defensor da abolição. Já em 1877 chegam a São Paulo os primeiros imigrantes italianos.

De 1870 a 1918, os registros da imigração indicam que 326.793 italianos deixaram o Vêneto rumo ao Brasil. Na segunda posição dentre as áreas de origem dos imigrantes do período está a Lombardia, de onde vieram 108.301 pessoas (BRANDÃO; TELAROLLI, 1998).

Um grupo de italianos se fixou no Rio Grande do Sul, oriundos em especial do Vêneto. A Confeitaria Rocco, em Porto Alegre, feita pelo imigrante Nicola Rocco e projetada por Salvador Lambertini, com o apoio dos escultores Giuseppe Gaudenzi e Federico Pellarin, entre 1910 e 1912 é um sinal da *belle époque*. Em 1948 chegou o pintor Aldo Locatelli, ativo em pinturas de igrejas em Pelotas e Caxias do Sul – além de ter feito em Porto Alegre os murais que narram a história do Estado no Palácio Piratini (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Imigrantes italianos que se destacaram como empreendedores: a) Theodoro Lupo chegou ao Brasil em 1888, falecendo em 1895, aos 50 anos de idade. Fora casado com Maria Aldegheri, tiveram os filhos Francesco, Giovanni e Enrico. Maria faleceu jovem, então Theodoro se

casou com Rachela Zangelini, tendo o filho Carlo. Ao chegar ao Brasil, a família abriu uma relojoaria; seus filhos vieram a criar a Lupo, sob direção familiar em plena segunda década do século 21; b) Mário Dedini atuou como mecânico em uma usina de açúcar, passando a gerir a Santa Bárbara em 1915. Cinco anos depois, abriu uma oficina de conserto de máquinas em Piracicaba – que somava 40 operários em 1930; c) Américo Emílio Romi nasceu no interior de São Paulo, filho de um comerciante que voltou à Itália, onde Emílio trabalhou na Brown-Boveri, e voltou a São Paulo em 1924. Dirigiu oficinas, trabalhou em revendas de carros, e abriu uma fábrica de implementos agrícolas em 1933. Na II Guerra iniciou a produção de tornos; e d) Em 1887 Girolmo Ometto se fixa em Ribeirão Preto, produzindo cana e cachaça. Em 1918 seus herdeiros adquirem a fazenda Aparecida; em 1922 Pedro Ometto, filho de Girolmo, compra a Fazenda Primavera. Em 1932, é criada a Irmãos Ometto & Cia., que compra a fazenda Boa Vista, onde se criou a usina Boa Vista. Pedro Ometto, João Ometto, José Bassinello e Mário Dedini compram a Fazenda Corumbatahy em Piracicaba. Mário Dedini contribuiu com equipamentos; dessa compra veio a Usina Costa Pinto, base da Cosan. Em 1986 adquire a usina São Francisco e a Santa Helena. Em 1988, adquire a unidade Ipaussu, aliada às francesas Tereos e Sucden. Em 10 anos a Cosan comprou as usinas da Serra (Ibaté, SP) e Diamante (Jaú, SP). Em 2005 compra a Usina Mundial. Comprou o grupo Corona, detentor das Usinas Bonfim e Tamoio, de Ribeirão Preto. Também compra da Usina Bom Retiro, de Piracicaba. Adquiriu a Usina Zanin, de Araraquara. A Cosan em 2008 comprou a Esso Brasileira de Petróleo, ingressando na distribuição. A Cosan e a Shell se fundem igualitariamente em 2010. A Cosan transfere as suas usinas de açúcar e etanol; os seus projetos de cogeração de energia; ativos de distribuição e varejo de combustíveis; ativos de logística do etanol e dívidas. A Shell transfere: seu braço brasileiro do varejo de combustíveis; seu negócio de aviação no Brasil; sua participação na Iogen e Codexis, que operam em P&D de combustível de biomassa, e faz um aporte monetário. A aliança foi nomeada Raízen, opera 23 processadoras de cana-de-açúcar no Brasil, com capacidade de 62 milhões de ton/ano (9,4% da produção nacional) (DEAN, 1991; BRANDÃO; TELAROLLI, 1998; VERDI *et al.*, 2012).

Ainda cabe tratar dos irmãos Pasquale e Gaetano Segreto, que chegaram ao Rio em 1883 adolescentes, tendo atuação no mundo dos espetáculos, fazendo fortuna com o jogo do bicho – cujos recursos foram canalizados na distribuição de jornais, em casas de espetáculos musicais e teatrais. Outro irmão, Alfonso, abriu o primeiro cinema do Rio em 1898 e fez os primeiros filmes da cidade. Pasquale inspirou Lima Barreto na figura de Laje da Silva, em Recordações do Escrivão Isaías Caminha, de 1909. Ainda no mundo do cinema, Vittorio Di

Maio fez projeções em São Paulo e no Rio, passando a fazer projeções em 1907 no Teatro João Caetano, de Fortaleza; abriu em 1908 o Cinematographo Art-Nouveau, que funcionou até 1914; nessa cidade, Henrique Mesiano e Roberto Muratori criaram o Cinema Rio Branco em 1909 (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Em Natal, nos anos 1920, o planejamento urbano foi designado a Giacomo Palumbo, que também construiu o Palácio da Justiça em Recife – cidade em que o pintor Vicente Murillo La Greca, após formação na Itália, fez os afrescos da Igreja N. Sra. da Penha. Em João Pessoa, os arquitetos italianos Ermenegildo Di Lascio e Giovanni Gioia tiveram importância nos anos 1920 e 1930. Em Aracaju, uma missão artística italiana renovou o arranjo e a decoração urbana, mediante edifícios públicos, praças, jardins, esculturas em espaços abertos e pinturas internas. Em Salvador atuaram o escultor Pasquale De Chirico e o arquiteto Filinto Santoro. De Chirico tivera uma fundição em São Paulo, antes de seus quarenta anos baianos, nos quais se destaca o conjunto monumental dedicado a Castro Alves. O arquiteto Filinto Santoro atuou no Rio, em Vitória, Manaus, Belém e Salvador (ANDRADE; RAPONI, 2022).

O etnógrafo Ermanno Stradelli chegou ao Brasil em 1879 e contribuiu ao estudo das civilizações indígenas, inclusive com registros fotográficos. Entre os séculos XIX e XX a companhia de navegação do genovês Gustavo Gavotti geria a linha Gênova-Manaus – cidade com cerca de dois mil italianos de sua população de 45.000 pessoas. Ainda nessa época em Manaus atuaram os pintores Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi, na decoração do Teatro Amazonas e na Igreja de São Sebastião. O construtor Antonio Jannuzzi, com o arquiteto Filinto Santoro e 400 operários, a maior parte deles italianos, para construir o hospital da Santa Casa de Misericórdia (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Em Belém, Filinto Santoro, com operários italianos, construiu a residência do governador (1903), a sede de “A Província do Pará” (1904), o Colégio Gentil Bittencourt (1906) e o Mercado de S. Braz (1911) – além de cuidar dos 1.200 italianos da cidade, como cônsul. Em Belém, desde o final do século XIX atuou o maestro Enrico Bernardi e o maestro compositor Ettore Bosio – que, ao longo de décadas, dirigiu o Instituto Carlos Gomes. Claudio Santoro, filho de Filinto, foi ao Teatro Nacional, de Brasília. No Espírito Santo, vários italianos se destacaram na fotografia: Antonio Cappelletti, Alberto Lucarelli, João Cezar Tomasi e Sócrates Ludovico José Valeriani (ANDRADE; RAPONI, 2022).

Cerca de 70% dos italianos que vieram ao Brasil tinham como destino o estado de São Paulo. Foram vitais na industrialização e formação das cidades. Dentre os estrangeiros, tiveram o primeiro lugar como donos de imóveis urbanos, em seu deslocamento campo-cidade, criando bairros como Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Belenzinho e Bela Vista (VÉRAS, S/d).

A média de entradas de italianos no Brasil entre 1920 e 1925 foi de 12.000 pessoas, diminuindo em 50% de 1926 a 1933. Em 1942, houve a mudança do nome de associações como *Palestra Itália* para *Sociedade Esportiva Palmeiras*, por causa de pressões do governo brasileiro junto a todas as associações étnicas dos países do Eixo (ARAÚJO, 1997).

8. IMIGRAÇÃO JUDAICA AO BRASIL

Os judeus que deixaram a Europa Oriental a partir do último quartel do século XIX imigraram principalmente para os EUA, até que leis restritivas desse país – além do Canadá e Argentina – nos anos 1920 tornaram o Brasil um destino atraente. O Brasil recebeu apenas uma parte dos judeus que saíram da Europa Oriental, cerca de 65 mil pessoas. O Brasil era liberal, permitindo aos imigrantes exercerem sua liberdade religiosa e fazer parte da mobilidade social do país. Porém, após 1937, em função do quadro da Europa, a situação mudou, e o país não mais recebeu membros da colônia com facilidade (CYTRYNOWICZ, 2005).

A população judaica no Brasil cresceu de 55.563 em 1940 a 86.417 em 1991. Os judeus que chegaram ao Brasil tinham pouca ou nenhuma experiência rural, então foram às cidades, antes que qualquer outro grupo migrante. Em 1940, cerca de 74% do total de judeus do Brasil vivia em apenas três cidades: Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Em comparação, apenas 8% de todos os brasileiros viviam nestas cidades na mesma época (DECOL, 2001).

Clarice Lispector nasceu na Ucrânia, de uma família judia; emigrou com os pais e duas irmãs, em 1922 por causa da perseguição aos judeus. Lispector sempre considerou o Brasil sua pátria. Ela e sua família viveram em Maceió e Recife. Perdeu a mãe aos oito anos de idade. Com catorze anos de idade a família se desloca ao Rio de Janeiro. Estudou direito na UFRJ, mas sempre demonstrou maior interesse pelo meio literário. Foi tradutora e jornalista, escreveu ensaios, crônicas, contos, dramas e livros infantis (RODRIGUES, 2018).

9. IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL

Em 1902, a Itália – fonte do principal fluxo de imigrantes ao Brasil – proibiu que seus cidadãos viessem para cá. Assim, os japoneses foram vistos como alternativa. De 1908 a 1963, há três períodos de ingresso de japoneses no Brasil, totalizando 234.636 pessoas. De 1908 a 1923, vieram 31.414 (13,4%); de 1924 a 1941, foram 137.572 (67,1%) e de 1952 a 1963 outros 45.650 (19,5%). Dos imigrantes que o Brasil recebeu, os japoneses apenas são superados pelos italianos, portugueses e espanhóis. O fato de os japoneses começarem a vir apenas em 1908 se deve a uma visão pejorativa: em 1890, o Decreto 528 proibiu o ingresso de

asiáticos. O fluxo de japoneses ao Brasil retornou em 1953, sob controle do governo japonês. Os novos imigrantes eram jovens educados e especialistas qualificados na área agrícola e em setores da indústria. Também vieram noivas japonesas para se casarem com esses rapazes e se estabelecerem nas terras brasileiras. Nos anos 1960, o Japão começou a prosperar e diminuiu o fluxo migratório ao Brasil – que terminou em 1973. O número de imigrantes do pós-guerra (1953-73) foi de cerca de 53 mil (SAKURAI, 2000; SASAKI, 2006).

Em 5/11/1895, foi assinado o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, com a vinda dos primeiros imigrantes japoneses a São Paulo em 1908, ao Pará em 1929 e ao Amazonas em 1931. A população de descendentes de japoneses no País é estimada em 1,6 milhão de habitantes, a maior fora do Japão. O interesse pelo Brasil deveu-se a: a) proibição de ir ao Hawaii; b) proibição da imigração japonesa aos EUA e Austrália; c) do terremoto de Tóquio, em 1923; d) da crise em 1927 e crise global em 1930 (HOMMA, 2016).

10. IMIGRANTES EM SÃO PAULO

A história de São Paulo, desde a segunda metade do século XIX, precisa considerar a imigração, pois recebeu pessoas de todos os continentes e de todos os estados brasileiros. De 1870 até 1919, ocorre o início da industrialização paulista e a chegada de inúmeros europeus e asiáticos. De 31 mil pessoas em 1872, a cidade passa a 240 mil em 1900 e a 579 mil em 1920. Em 1950, o censo mostra 2.198.096 habitantes (VÉRAS, S/d).

De 1872 a 1972, 701.377 espanhóis ingressaram no Brasil, sendo que 462.885 foram ao Estado de São Paulo. De 1946 a 1972, a maior parte deles se dirige aos setores urbano e industrial. Em dezembro/1960 passa a vigorar um Acordo de Imigração entre o Brasil e a Espanha; mas, o ingresso da Espanha no Mercado Europeu ofereceu possibilidades mais próximas e com melhores remunerações, de forma que a vinda ao Brasil diminuiu. Apenas a partir dos anos 1990, com a chegada de inúmeras empresas espanholas ao Brasil, o número de profissionais espanhóis volta a crescer (LEVY, 1974; DOMINGUEZ, 2004).

O início da imigração boliviana para São Paulo remonta à década de 1950, quando, em função de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia, alguns estudantes vieram ao país em busca de qualificação acadêmica, muitos dos quais ficaram. A partir dos anos 1970, mudou o perfil desse imigrante; começaram a chegar pessoas de baixa qualificação para trabalhar nas oficinas de costura da cidade a pequenos salários. A partir dos anos 1990, o fluxo de bolivianos a São Paulo assume uma nova escala, sobretudo em função da vigência do Plano Real. Os números de bolivianos registrados na Polícia Federal dão uma ideia do

crescimento dessa etnia em São Paulo: em 1995, 255 bolivianos constavam das estatísticas da PF, número que atinge 17.897 pessoas em 1999. É, porém, um contingente subdimensionado, pois a quantidade de imigrantes indocumentados que saem da Bolívia rumo a São Paulo é muito grande. A taxa de desemprego dos bolivianos que trabalham em São Paulo é baixa. o ponto forte de sociabilidade dos bolivianos é a feira Kantuta, mantida por uma associação de bolivianos com o apoio da prefeitura. A feira, no Canindé, recebe até 5.000 pessoas/domingo. A Igreja da Paz (Glicério) é um espaço coletivo dos bolivianos, especialmente dos recém-chegados. Houve três importantes últimas anistias do governo brasileiro aos bolivianos. Na primeira, em 1981, foram atingidos 27 mil imigrantes, na segunda, em 1988, foram 30 mil e em 1998, 37 mil. Dado que a documentação custa cerca de R\$ 800, muitos bolivianos permaneceram ilegais (SILVA, 2006; CYMBALISTA; XAVIER, 2007).

11. CONCLUSÕES

A imigração foi importante para o desenvolvimento do Brasil, país de dimensões continentais, dotados de amplas potencialidades, e que apenas a partir de meados do século XVI começou a ser habitados por descendentes de europeus; vindo, posteriormente, inúmeras outras etnias – que exerceram papéis de relevo na sua ocupação e no povoamento.

A escravidão é um fenômeno ainda atual, tendo sido fundamental na formação de inúmeros países, inclusive do nosso, além de fonte de inúmeras misérias humanas e sociais.

Houve movimentos mais recentes: a) uma onda de brasileiros indo ao exterior, em especial a partir dos anos 1980; b) retorno de alguns desses brasileiros, trazendo recursos materiais e culturais, e muitos deles com famílias formadas no exterior; e c) recente chegada de novas ondas de imigrantes, como a dos bolivianos em São Paulo.

A busca de vida melhor é um elemento mais forte à imigração do que o desejo de fugir de algo desagradável; assim, os pobres não são os que mais emigram. Há milhões de pessoas em péssima situação, mas sem condições de imigrarem. Assim, a busca de melhores condições pode ser feita por grupos de pessoas que possuam um mínimo de condições para imigrar.

Cabe apontar que falta em nosso País uma política pública ligada a esse delicado tema, que seja proativa. Afinal, se os EUA e o Canadá, países ricos, buscam atrair imigrantes e empreendedores, mais ainda deveríamos ter tal atitude. A política de atração de talentos desses países é clara e consistente, sendo fácil imaginar que poderia basear leis nossas, considerando: falta de mão-de-obra em setores específicos, atração de empreendedores dotados de recursos humanos e materiais, queda nas taxas da natalidade, desejo de milhões de

pessoas irem a países que oferecem melhores oportunidades para manter suas famílias, condições violentas em inúmeros países que se tornam hostis para importantes grupos de seus habitantes – daí derivam os aspectos humanitários registrados em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. O valioso ativo formado por séculos de cultura brasileira seria imbatível ao lado de leis focadas na atração de talentos do exterior.

12. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. M.; RAPONI, L. (Orgs). **Italianos atrás da câmera** – Trajetórias e olhares marcantes no florescer da fotografia no Brasil, Ed. UNESP/Inst. Italiano de Cultura, 2022.
- ANTICO, C. **Imigração internacional no Brasil durante a década de 80**: explorando alguns dados do Censo de 1991. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu: 1998, p. 665-685.
- AQUINO, C. **História Empresarial Vivida**, V. II. São Paulo: Atlas/Gazeta Mercantil, 1986.
- ARAÚJO, J. R. C. **O Palestra Itália e sua trajetória**: associativismo e etnicidade. Brasília: Rev. Bras. de Est. Pop., v. 14, n. 1/2, 1997, p. 19-50.
- BARREIROS, D. P. **Fronteira Agrícola**, Estado e Trabalho Assalariado no Pós-Abolição Entraves estruturais ao emprego de imigrantes asiáticos (década de 1890). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- BRANDÃO, I. L.; TELAROLLI, R. **Addio Bel Campanile**. São Paulo: Ed. Gente, 1998.
- BRIGGS, V. M, Jr. **Immigration policy and the U.S. economy**: An institutional perspective. Journal of Economic Issues; Jun 1996; 30, 2; p. 370-389.
- CAMBAÚVA, C.; MACHADO, M. **Em busca de um lugar seguro**. IPEA: Desafios do Desenvolvimento, v. 9, n. 73, 2012, p. 66-71).
- CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. **A comunidade boliviana em São Paulo**: definindo padrões de territorialidade. Cadernos metrópole, n. 17, p. 119-133, 10 sem. 2007.
- CYTRYNOWICZ, R. **Instituições de assistência social e imigração judaica**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, Jan.-Abr. 2005, p. 169-84.
- COCKBURN, A. **Escravos do século 21**. National Geographic Brasil, v. 41, set. 2003, p. 58-81.
- DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 4ª Edição, 1991.
- DECOL, R. D. **Judeus no Brasil**: explorando os dados censitários. RBCS, v. 16, n. 46, jun. 2001.
- DIÓGENES, E. **Metodologia e epistemologia na produção e gestão do conhecimento** – gênese e resultado. 3ª Edição. Maceió: Edit. Gráfica, 2013.
- DOMINGUEZ, J. A. **A imigração espanhola para São Paulo no Pós Segunda Guerra**: registros da hospedaria dos imigrantes. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: UNICAMP, 2004.

- FLORENTINO, M.; MACHADO, C. **Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil** (séculos XIX e XX). *Portuguese Studies Review*, v. 10, 2002, p. 58-84.
- FREITAG, B. **Utopias Urbanas**. In: BARREIRA, C. (Org.). *A sociologia no tempo – Memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 214-237.
- GOZA, F. **A imigração brasileira na América do Norte**. *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas, v. 9 (1), 1992, p. 65-82.
- HEILBRON, J.; BARBOSA, E. C. (Orgs.). **200 Anos de Indústria no Brasil – de 1808 ao séc. XXI**. CNI/EMC Edições, Brasília, 2008.
- HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia**. DF: Embrapa, 2016.
- LEVY, M. S. **O Papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972**. *Revista de Saúde Pública*, n. 8, 1974.
- MARQUES, T. C. N. M.; MELO, H. P. **Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)**. Rio de Janeiro: *Rev. Econ. Contemp.*, v. 15, n. 3, p. 461-482, set-dez/2011.
- MINADEO, R. **A imigração no Brasil comparada à dos EUA e do Canadá: importância da criação de Políticas Públicas**. In: XAVIER, L. O. et al. (Orgs.). *Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil: Estudos Interdisciplinares*. 1ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 461-488.
- OLIVEIRA, M. **A sociologia da imigração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 198-228.
<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004906>.
- PERES, E. P. **“Proverbial Hospitalidade”?** A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). Rio de Janeiro: *Acervo*, v. 10, nº 2, jul/dez. 1997, p. 85-98.
- RODRIGUES, W. **Do Livro ao Filme e do Filme ao Livro: as Facetas de “A Hora da Estrela”**. *Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação*, ISSN 1981-9943, Blumenau, v. 12, n. 1, p. 019-028, jan./abr. 2018, p. 19-28.
- SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: UNICAMP, 2000.
- SALES, T. **Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa**. VIII Encontro Nacional de Est. Pop. ABEP: out. 1992.
- SASAKI, E. **A imigração para o Japão**. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 20, n. 57, Maio/Ago., 2006, p. 99-117.
- SEYFERTH, G. **A dimensão cultural da imigração**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 26, nº 77, out./2011*, p. 47-62.
- VÉRAS, M. P. B. **Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo**. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, São Paulo, v. 2, 1999.
- VERDI, A. R.; AOUN, S.; TORQUATO, S. A. **Globalização do agronegócio brasileiro: estratégias do grupo COSAN**. *Informações Econômicas*, SP, v. 42, n. 1, jan./fev. 2012.
- YANG, P. Q. **A Theory of Asian Immigration to the United States**. The Johns Hopkins University Press: Jaas, february 2010; 1–34.